DFS PRO
IT SOLUTIONS

GUIA · VERSÃO SEM ATUALIZAÇÃO

A reforma chegou e a sua versão do SAP não acompanha. E agora?

Quatro caminhos, o que cada um exige de prova e um plano de 90 dias para decidir sem pânico e sem improviso.

Feito para

04 PERFIS

01	**Líder SAP**	O mapa do que a versão recebe e o que fica de fora
02	**Diretor Fiscal**	O risco por data e a decisão que é da empresa
03	**Gerente Tributário**	O que a ponte manual pode e não pode substituir
04	**Gestor de TI**	Janelas, testes e plano de retorno

Edição de novembro de 2026
Material de apoio. A decisão tributária de cada empresa é da própria empresa.
dfspro.com.br

ANTES DE COMEÇAR

Uma decisão com data marcada

Se a versão do seu sistema não receber uma mudança que a lei exige, alguém precisa escolher o caminho antes do prazo, e não depois.

EM LINGUAGEM SIMPLES

O que significa "não recebe a atualização"

É quando o fornecedor do sistema não entrega, para o seu release, a correção que faria o sistema emitir, calcular ou escriturar o novo tributo. O problema não é a idade do sistema, é a distância entre o que a lei pede e o que o sistema faz.

PARA VALIDAR NO SEU SAP

Qual release o seu SAP usa e o que o SAP Support informa, por escrito, sobre as correções fiscais da reforma para ele? Datas de suporte do SAP dependem do release e se pedem ao fornecedor.

Para quem é

Quem responde por manter a empresa em dia com a emissão e a apuração em um SAP que pode ficar sem a mudança. O guia trata de decisão, prazo e prova, não de tela nem de parametrização.

PAPÉIS

Quem decide e quem executa

EM LINGUAGEM SIMPLES

A decisão tem dono

Escolher o caminho é decisão da empresa. Quem implanta mostra o que cada caminho faz e prova o comportamento no sistema.

Quem	O que faz
SAP	Fornecedor do sistema. Informa o que cada release recebe.
NTT	Detém o GUEPARDO Tax. Informa o que o produto cobre.
DFSpro	Implanta e governa o sistema fiscal e mostra o que cada caminho faz. Não decide tese fiscal.
Fiscal da empresa	Decide a tese tributária e aprova a regra aplicada.
TI da empresa	Sustenta ambientes, janelas, transportes e acessos.

O que o sistema faz é fato a provar. O que a empresa decide é escolha dela.

EM CINCO FRASES

A resposta direta

01 Primeiro se descobre o que a versão recebe, por escrito, e o que fica de fora.

02 Depois se põe cada exigência da reforma em uma linha do tempo com data oficial.

03 Quatro caminhos existem: atualizar o núcleo, usar camada fiscal ao lado, manter ponte controlada ou combinar.

04 Ponte manual é provisória: tem limite de volume, dono e data de saída.

05 O plano de 90 dias fecha a escolha, os testes e o plano de retorno.

LEITURA PARA O LÍDER SAP

Quase nenhuma empresa fica de um dia para o outro sem condição de emitir. O risco real é o meio do caminho: seguir como está até o prazo e descobrir tarde que a rota alternativa leva meses.

Um prazo que já passou

A NF-e, modelo 55, e a NFC-e, modelo 65, exigem os campos de IBS e CBS para fatos geradores desde 3 de agosto de 2026. **(Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026, art. 1º, I e II)**

SUMÁRIO

Cinco capítulos, uma decisão

01	Saber o que o seu SAP recebe	07
02	Uma linha do tempo com data oficial	13
03	Escolher o caminho com critério	19
04	Ponte com limite, dono e data de saída	25
05	Do diagnóstico à decisão registrada	31
	Fontes oficiais	39

01

MAPA DA VERSÃO

Saber o que o seu SAP recebe

Descobrir, por escrito, o que a versão recebe, o que não recebe e o que ninguém sabe ainda.

RESUMO EM 3 LINHAS

1. Sem mapa, a decisão vira palpite.
2. Três colunas: recebe, não recebe, não sei.
3. A coluna "não sei" é a primeira a esvaziar.

POR QUE IMPORTA

Quem decide com base em "acho que o fornecedor entrega" compra um risco sem saber. O mapa transforma impressão em resposta com dono e data.

NESTE CAPÍTULO

- As ideias desta fase
- Release, pacote e prazo do fornecedor
- Três colunas: recebe, não recebe, não sei
- O que a empresa mudou por conta própria

As ideias desta fase

IDEIA 01

Release, pacote e prazo do fornecedor

Release é a edição do sistema que roda na sua empresa. Pacote de correções é o conjunto de mudanças que o fornecedor entrega para ela. A pergunta útil é simples: para o meu release, qual pacote cobre a reforma e até quando ele existe?

Três perguntas ao fornecedor

PASSO A PASSO

Como executar

01 **Pergunta 1**

Qual é o release e o nível de correções instalados hoje, em produção?

02 **Pergunta 2**

O pacote da reforma existe para esse release, em que data e com qual escopo?

03 **Pergunta 3**

Se não existe, o que o fornecedor recomenda por escrito?

EXEMPLO PRÁTICO 01.1

situação fictícia, números redondos

A resposta que não veio por escrito

Uma indústria fictícia pergunta ao fornecedor sobre o pacote da NF-e. A resposta chega por telefone e diz "deve sair". Nada é anotado. Em 30 dias, três pessoas contam três versões diferentes. O Líder SAP pede o e-mail e passa a decidir com ele.

EXEMPLO PRÁTICO 01.2

situação fictícia, números redondos

Dois níveis de correção no mesmo ambiente

Uma distribuidora fictícia descobre que o teste está dois níveis acima da produção. O pacote testado em março usava correção que a produção não tem. O mapa passa a trazer uma linha por ambiente, com a data do registro.

PARA VALIDAR NO SEU SAP

Como ler o release e o nível de correções no seu ambiente, e onde o SAP publica o que cada pacote cobre? Confirme com a TI e com o consultor.

IDEIA 02

Três colunas: recebe, não recebe, não sei

Para cada exigência da reforma, a empresa preenche uma linha. A coluna "recebe" exige a fonte, a "não recebe" exige o impacto e a "não sei" exige dono e data para virar uma das duas.

Como montar a linha

PASSO A PASSO

Como executar

01 **Passo 1**

Listar as exigências: emitir NF-e com os novos campos, calcular, escriturar, apurar.

02 **Passo 2**

Para cada uma, marcar recebe, não recebe ou não sei.

03 **Passo 3**

Pôr dono e data em toda linha "não sei".

EXEMPLO PRÁTICO 01.3

situação fictícia, números redondos

Doze linhas, cinco sem resposta

Uma empresa fictícia lista 12 exigências. Sete estão cobertas por escrito, duas não são cobertas e três não têm resposta. Duas semanas depois, as três viram duas cobertas e uma não coberta. O quadro final tem 9 cobertas e 3 sem cobertura.

IDEIA 03

O que a empresa mudou por conta própria

Muitas empresas ajustaram o cálculo de imposto por conta própria, com regras e programas feitos para o seu caso. Um pacote do fornecedor pode não saber que eles existem, e pode passar por cima deles ou ser quebrado por eles.

Uma lista curta resolve

- Quais ajustes próprios tocam nota, imposto ou escrituração.
- Quem os escreveu e quem ainda sabe explicá-los.
- Quais dependem do release que se quer mudar.

PARA VALIDAR NO SEU SAP

Como o seu time lista as adaptações próprias que mexem em nota fiscal e imposto, e quais delas o fornecedor pede para rever antes de um pacote novo?

ERRO COMUM

Contar "não sei" como "recebe"

O silêncio do fornecedor é lido como concordância. Quando o prazo chega, a linha que parecia verde nunca teve fonte.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Pedir ao fornecedor a posição por escrito sobre o seu release.
- Abrir o quadro de três colunas com a primeira linha: emissão da NF-e.
- Dar nome e data a cada "não sei".

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Qual linha do quadro está verde sem que ninguém consiga mostrar a fonte?

02

PRAZOS

Uma linha do tempo com data oficial

Pôr cada exigência da reforma em uma linha do tempo, usando só data de fonte oficial.

RESUMO EM 3 LINHAS

1. Prazo existe por exigência, não por sistema.
2. Emissão veio antes da apuração plena.
3. Data oficial entra com a fonte ao lado.

POR QUE IMPORTA

A urgência de cada caminho depende da data da exigência que ele precisa cobrir. Sem a linha do tempo, tudo parece urgente e nada se prioriza.

NESTE CAPÍTULO

- As ideias desta fase
- Emissão primeiro, apuração depois
- O que 2026 permite e o que não permite
- As exceções mudam a data de cada empresa

As ideias desta fase

IDEIA 01

Emissão primeiro, apuração depois

O Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026 fixa o início da obrigatoriedade dos documentos fiscais eletrônicos com IBS e CBS: NF-e e NFC-e em 3 de agosto de 2026. Há datas posteriores para outros documentos e exceções por tipo de contribuinte. (art. 1º)

O que a lei fixa para a transição

A Emenda Constitucional 132/2023 prevê IBS de 0,1% e CBS de 0,9% em 2026, e CBS e Imposto Seletivo cobrados em 2027, com PIS e Cofins extintos. De 2029 a 2032, ICMS e ISS caem a 9/10, 8/10, 7/10 e 6/10, e somem em 2033. (ADCT, arts. 125 a 129)

EXEMPLO PRÁTICO 02.1

situação fictícia, números redondos

A data certa para cada exigência

Uma empresa fictícia monta quatro linhas: emitir NF-e com os novos campos (03/08/2026), escriturar o novo tributo, apurar a CBS (2027) e conviver com ICMS em queda (2029 a 2032). A linha da emissão já venceu. As outras ainda dão meses ou anos.

EXEMPLO PRÁTICO 02.2

situação fictícia, números redondos

Dois relógios para o mesmo documento

Uma distribuidora fictícia emite NF-e e NFS-e. A NF-e entrou no calendário em agosto, e o serviço, por tipo, entra em outra data oficial. Dois relógios, duas equipes e dois testes. Ninguém trata os dois como um prazo só.

IDEIA 02

O que 2026 permite e o que não permite

Em 2026, o valor de CBS e IBS recolhido é compensado com PIS e Cofins devidos, e há dispensa de recolhimento para quem cumpre as obrigações acessórias. (LC 214/2025, art. 348, I e §§ 1º e 2º)

Auto de infração por obrigação acessória dá 60 dias para suprir, e o atendimento extingue a penalidade. (LC 214/2025, art. 348, §§ 3º e 4º) Esses parágrafos vieram com a LC 227/2026. (LC 227/2026)

O que isso muda na decisão

A regra de 2026 alivia o custo de errar o recolhimento, mas não dispensa o cumprimento da obrigação acessória. Quem emite NF-e sem os campos continua com a obrigação aberta.

EXEMPLO PRÁTICO 02.3

situação fictícia, números redondos

O alívio que não vale para tudo

Uma empresa fictícia entende que, em 2026, não paga nada de CBS e conclui que pode esperar. Ela confunde dispensa de recolhimento com dispensa de emitir com os campos. O Gerente Tributário separa as duas coisas no quadro e a decisão muda.

IDEIA 03

As exceções mudam a data de cada empresa

O Ato nº 4/2026 não vale igual para todos. Quem é optante do Simples Nacional começa em 1º de janeiro de 2027. A NF-e que registra fornecimento de tributação monofásica começa em 1º de janeiro de 2027. (art. 1º, §§ 1º e 2º)

Quem não é contribuinte do ICMS, mas fornece bens ou serviços sujeitos a IBS e CBS, começa em 1º de dezembro de 2026. (art. 1º, § 4º)

Por que isso importa para a versão

A data de cada empresa depende de quem ela é e do que vende. Dois grupos com o mesmo release podem ter prazos diferentes, e portanto urgências diferentes para o mesmo caminho.

EXEMPLO PRÁTICO 02.4

situação fictícia, números redondos

Duas empresas, o mesmo release, duas urgências

Duas empresas fictícias usam o mesmo release. Uma indústria de contribuinte comum já está no prazo de agosto. Uma pequena operação, optante do Simples, só entra em 1º de janeiro de 2027. A segunda pode escolher com mais calma, mas a primeira precisa de uma resposta já.

ERRO COMUM

Planejar só pela data do ano da emenda

Usar apenas o ano de 2033 como referência esconde as datas curtas de emissão. O que vence em meses ordena o plano, não o que vence em anos.

PASSO A PASSO

Como montar a linha do tempo

01 Passo 1

Listar cada exigência com a data e a fonte oficial.

02 Passo 2

Separar o que vale hoje do que vale a partir de 2027.

03 Passo 3

Marcar a data em que cada caminho precisaria estar pronto.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Montar a linha do tempo com quatro exigências e a fonte de cada data.
- Separar prazo de emissão, prazo de recolhimento e prazo de apuração.
- Mostrar a linha ao Diretor Fiscal.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Qual exigência da linha do tempo tem a data mais próxima e ainda sem caminho definido?

03

QUATRO CAMINHOS

Escolher o caminho com critério

Comparar atualizar o núcleo, camada fiscal ao lado, ponte controlada e combinação, por prazo, risco e reversão.

RESUMO EM 3 LINHAS

1. Todo caminho cobre uma parte e deixa outra.
2. Prazo, risco e reversão decidem, não preferência.
3. A empresa escolhe e registra por escrito.

POR QUE IMPORTA

Muita escolha de caminho acontece pela urgência do mês e dura anos. Um critério escrito evita que a pressa da semana decida o desenho de cinco anos.

NESTE CAPÍTULO

- As ideias desta fase
- O que cada caminho faz
- Camada fiscal ao lado do núcleo
- Escolher já pensando em sair

As ideias desta fase

IDEIA 01

O que cada caminho faz

Caminho	O que é	O que exige
Atualizar o núcleo	Mover o sistema para um release que recebe a mudança	Projeto de atualização, testes e janela
Camada fiscal ao lado	Calcular e emitir fora do núcleo, com interface	Interface, contrato claro e prova de cobertura
Ponte controlada	Operar parte do processo à mão, por tempo limitado	Limite, dono, controle e data de saída
Combinação	Ponte agora e caminho definitivo depois	Os dois planos, com marcos

Um critério para comparar

Compare por três perguntas: cabe no prazo oficial, qual o risco se der errado e quanto custa voltar atrás. Custo em dinheiro entra na análise da empresa, não neste guia.

EXEMPLO PRÁTICO 03.1

situação fictícia, números redondos

Atualizar leva mais do que o prazo

Uma empresa fictícia estima 14 meses para atualizar o núcleo. A exigência de emissão venceu em agosto. Atualizar vira o destino, mas não resolve a emissão. A empresa escolhe uma combinação: caminho rápido agora, atualização depois.

IDEIA 02

Camada fiscal ao lado do núcleo

É uma solução que fica ao lado do sistema e cuida do cálculo ou da emissão. O ganho é o prazo. O custo é a interface: o dado sai do núcleo, volta, e os dois lados precisam bater.

PARA VALIDAR NO SEU SAP

Qual camada fiscal a empresa avalia e o que a NTT, ou o fornecedor dela, declara por escrito que ela cobre? O GUEPARDO Tax entra aqui só como uma das opções a avaliar, sem afirmação de função neste guia.

Perguntas antes de assinar

- Quais documentos, tributos e regimes a camada cobre, por escrito?
- Quem corrige quando a lei muda e em quanto tempo?
- Como o dado volta ao núcleo e onde se prova que bate?

EXEMPLO PRÁTICO 03.2

situação fictícia, números redondos

A camada que cobre a nota e não a apuração

Uma indústria fictícia contrata solução para emitir a NF-e com os novos campos. A solução emite bem, mas a apuração continua no núcleo, sem os campos. No fechamento, 480 notas ficam sem o dado. A empresa lista o que a solução não cobre e abre uma ponte para o resto.

EXEMPLO PRÁTICO 03.3

situação fictícia, números redondos

Dois caminhos, o mesmo mês

Uma distribuidora fictícia compara dois caminhos. A camada fiscal cobre a emissão em 3 meses, mas deixa a apuração descoberta. A atualização cobre tudo em 11 meses. A empresa roda a camada agora, programa a atualização e escreve a data em que a camada sai.

IDEIA 03

Escolher já pensando em sair

Todo caminho precisa de uma porta de saída escrita. A camada fiscal contratada hoje pode ser trocada em três anos. Os dados de cada nota devem poder ser exportados, e o contrato deve dizer quem os guarda.

O que perguntar sobre a saída

- Os dados fiscais saem em formato que outro sistema lê?
- Por quanto tempo a empresa pode consultar o histórico depois de sair?
- Quem corrige uma nota emitida pelo caminho antigo?

EXEMPLO PRÁTICO 03.4

situação fictícia, números redondos

A solução que ninguém sabia desligar

Uma empresa fictícia usa uma camada ao lado havia 4 anos. Para trocá-la, descobre que o histórico de 38 mil notas só pode ser consultado dentro dela. O Gerente Tributário passa a exigir em contrato a cópia dos dados em arquivo aberto, com entrega anual.

ERRO COMUM

Escolher pela demonstração

A demonstração mostra o caso bonito. O caso do seu mês, com devolução, exportação e cancelamento, só aparece no teste com os seus dados.

PASSO A PASSO

Como decidir

01 Passo 1

Escrever o prazo oficial de cada exigência e a data em que cada caminho cobre.

02 Passo 2

Marcar, por caminho, o que ele deixa descoberto.

03 Passo 3

Registrar a escolha com data, dono e quem aprovou.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Escrever os três critérios: prazo, risco e reversão.
- Pontuar cada caminho com o que ele deixa descoberto.
- Pedir a cada candidato a lista do que não cobre.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Qual caminho foi escolhido por urgência e ainda não passou por critério escrito?

04

PONTE CONTROLADA

Ponte com limite, dono e data de saída

Operar à mão só o necessário, por tempo definido, com controle e prova de que o resultado bate.

RESUMO EM 3 LINHAS

1. Ponte manual é ferramenta provisória.
2. Volume, dono, controle e saída ficam escritos.
3. Sem data de saída, a ponte vira o sistema.

POR QUE IMPORTA

A ponte manual costuma começar como remédio de um mês e continuar por anos. O que a torna segura é um limite escrito antes de ela começar.

NESTE CAPÍTULO

- As ideias desta fase
- O limite que a ponte precisa ter
- Prova de que o resultado bate
- A ponte também precisa de rastro

As ideias desta fase

IDEIA 01

O limite que a ponte precisa ter

Ponte controlada é um procedimento temporário, feito por pessoas ou planilhas, para cobrir o que o sistema ainda não faz. Ela precisa de quatro limites: volume máximo, dono, controle e data de saída.

Os quatro limites

- Volume: quantas notas ou linhas por mês a ponte aguenta sem erro.
- Dono: uma pessoa responde pelo resultado e tem substituto.
- Controle: uma segunda pessoa confere uma amostra.
- Saída: a data em que a ponte acaba.

EXEMPLO PRÁTICO 04.1

situação fictícia, números redondos

A ponte que passou do volume

Uma empresa fictícia monta uma ponte para 200 notas por mês. Em outubro, o volume chega a 1.450. A conferência por amostra deixa de cobrir o risco. O Gerente Tributário fixa o teto em 600 e antecipa a saída.

EXEMPLO PRÁTICO 04.2

situação fictícia, números redondos

Dono sem substituto

Uma ponte de 3 planilhas depende de uma analista. Ela entra de férias no dia 12 e ninguém sabe rodar. A Gerente nomeia um substituto, treina em dois dias e passa a guardar o passo a passo ao lado da planilha.

IDEIA 02

Prova de que o resultado bate

Se a ponte alimenta a apuração, o resultado dela precisa ser comparado com outra fonte. Total de notas, total de base e total de imposto são três comparações simples. A diferença aceita deve estar escrita antes.

Três comparações do mês

PASSO A PASSO

Como executar

01 **Comparação 1**

Contar as notas da ponte e comparar com as notas emitidas no mês.

02 **Comparação 2**

Somar a base da ponte e comparar com a base escriturada.

03 **Comparação 3**

Sortear 20 notas e refazer o cálculo à mão.

EXEMPLO PRÁTICO 04.3

situação fictícia, números redondos

A diferença de 0,3% que já tinha dono

Uma empresa fictícia aceita diferença de até 0,5% entre ponte e escrituração. No mês, a diferença é de 0,3% e cabe no limite. No mês seguinte, é 1,1%. A regra escrita faz o problema aparecer na hora, não no encerramento do ano.

IDEIA 03

A ponte também precisa de rastro

Se a ponte toca valor de imposto, a auditoria vai querer saber quem rodou, quando e com qual versão da planilha. Sem rastro, o resultado correto parece suspeito, e o suspeito vira retrabalho.

O rastro mínimo de cada rodada

- Data e responsável pela rodada.
- Versão da planilha ou do procedimento usado.
- Resultado das três comparações e quem conferiu.

EXEMPLO PRÁTICO 04.4

situação fictícia, números redondos

A planilha que mudou no meio do mês

Uma empresa fictícia corrige uma fórmula no dia 18. As rodadas de 1 a 17 usam a regra antiga, e as de 18 a 30, a nova. Sem a data da mudança, a diferença de 2.300 notas parece erro. Com a versão registrada, vira ajuste explicado.

Quando a ponte precisa acabar

Defina por escrito os gatilhos de saída: data do caminho definitivo, volume acima do teto, diferença acima do limite e mudança de regra. Qualquer um deles aciona o plano de retorno.

ERRO COMUM

Ponte sem data de saída

A ponte nasce "só para este mês" e continua. Três anos depois, ninguém lembra por que ela existe nem quem entende o que ela faz.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Escrever o volume máximo, o dono e a data de saída da ponte.
- Combinar a amostra e a diferença aceita.
- Guardar o passo a passo ao lado da ponte.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

A ponte atual tem data de saída escrita e aprovada, ou continua "até resolver"?

05

PLANO DE 90 DIAS

Do diagnóstico à decisão registrada

Fechar escolha, testes e plano de retorno em 90 dias, com marcos que o comitê entende.

RESUMO EM 3 LINHAS

1. Noventa dias bastam para decidir com prova.
2. Três marcos: mapa, escolha e teste.
3. Plano de retorno escrito antes da virada.

POR QUE IMPORTA

A decisão de caminho precisa de data de fechamento. Sem ela, o assunto volta toda semana e nunca termina.

NESTE CAPÍTULO

- As ideias desta fase
- Três marcos em noventa dias
- Plano de retorno antes da virada
- Avisar quem opera antes de virar

As ideias desta fase

IDEIA 01

Três marcos em noventa dias

PASSO A PASSO

Como executar

01 **Dias 1 a 30**

Fechar o mapa da versão e a linha do tempo, e trazer a posição do fornecedor por escrito.

02 **Dias 31 a 60**

Comparar os caminhos pelos três critérios e registrar a escolha aprovada.

03 **Dias 61 a 90**

Testar o caminho escolhido com dados reais de teste e escrever o plano de retorno.

EXEMPLO PRÁTICO 05.1

situação fictícia, números redondos

O comitê que decidiu em uma reunião

Um comitê fictício recebe um quadro de uma página: a linha do tempo, três caminhos, o que cada um deixa descoberto e a recomendação. A decisão sai em 40 minutos. Antes, o assunto aparecia em toda reunião havia dois meses.

EXEMPLO PRÁTICO 05.2

situação fictícia, números redondos

Testar com a situação difícil

Uma empresa fictícia testa só a nota simples. No primeiro mês real, o cancelamento e a devolução quebram a rotina. Para o segundo ciclo, a lista de teste ganha 6 casos: cancelamento, devolução, complemento, exportação, nota de ajuste e substituição.

IDEIA 02

Plano de retorno antes da virada

Plano de retorno é o passo a passo para voltar ao estado anterior, se a mudança der errado. Ele diz quem decide voltar, até que hora e o que se desfaz. Sem ele, o primeiro erro vira crise.

O que o plano de retorno precisa dizer

- Quem decide voltar e com qual critério objetivo.
- O que se desfaz e em qual ordem.
- Quanto tempo leva e como se prova que voltou.

EXEMPLO PRÁTICO 05.3

situação fictícia, números redondos

A hora de decidir voltar

Uma empresa fictícia combina que, se mais de 5% das notas forem rejeitadas nas primeiras duas horas, o Gestor de TI volta ao estado anterior. Às 10h, a taxa é de 8%. O retorno é feito às 10h40, sem discussão e sem culpa.

IDEIA 03

Avisar quem opera antes de virar

A mudança chega primeiro a quem vende, compra, fatura e expede. Eles precisam saber o que muda na tela, o que fazer quando uma nota é rejeitada e a quem chamar, antes da primeira nota real.

O aviso que funciona

- Uma folha por área, com o antes e o depois.
- Um contato único para a primeira semana.
- Uma hora marcada para dúvidas, no dia anterior.

EXEMPLO PRÁTICO 05.4

situação fictícia, números redondos

O faturista que não sabia da rejeição

Uma empresa fictícia vira o caminho em uma segunda. Na terça, 60 notas voltam rejeitadas e o faturista as reenvia sem ler a mensagem. A folha de uma página, entregue na sexta anterior, teria mostrado o que olhar primeiro.

O que levar ao comitê

Uma página basta: a linha do tempo, o caminho escolhido, o que ele deixa descoberto, o plano de retorno e a decisão que o comitê precisa tomar. A decisão tributária continua sendo da empresa.

ERRO COMUM

Testar só o caminho feliz

A nota perfeita passa. O cancelamento, a devolução e a nota de ajuste, que acontecem todo mês, ficam para a produção descobrir.

O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA

- Marcar na agenda os três marcos de 30, 60 e 90 dias.
- Montar a lista de teste com os seis casos difíceis.
- Escrever o plano de retorno em uma página.

PERGUNTA PARA O COMITÊ

Quem executaria o plano de retorno já assinou o passo a passo?

PARA O COMITÊ

Cinco decisões para tomar

01 Decisão 1

Pedir ao fornecedor, por escrito, o que o seu release recebe e até quando.

02 Decisão 2

Montar a linha do tempo só com datas de fonte oficial.

03 Decisão 3

Comparar os quatro caminhos por prazo, risco e reversão.

04 Decisão 4

Se houver ponte, escrever volume, dono, controle e data de saída.

05 Decisão 5

Fechar a escolha em 90 dias, com teste difícil e plano de retorno.

REFORMA TRIBUTÁRIA CBS E IBS NO SAP

Conheça a especialidade de reforma tributária da DFSpro no SAP.

dfspro.com.br/especialidades/reforma-tributaria-cbs-ibs

PRÓXIMOS PASSOS

Do guia ao seu SAP

EM LINGUAGEM SIMPLES

O que este guia não faz

Ele não diz qual caminho a sua empresa deve escolher, nem afirma o que o seu release recebe. Esses dois pontos dependem da posição do fornecedor e da decisão do seu fiscal.

DIAGNÓSTICO FISCAL NO SAP

Peça um diagnóstico do que o seu SAP recebe e do que fica de fora.

dfspro.com.br/especialidades/diagnostico-fiscal-sap

SPLIT PAYMENT NO SAP

Conheça a especialidade de split payment da DFSpro no SAP.

dfspro.com.br/especialidades/split-payment-sap

CONVERSE COM A DFSPRO

Uma conversa com especialista para desenhar o plano de 90 dias da sua empresa.

dfspro.com.br/contato

REFERÊNCIAS

Referências oficiais citadas neste material. O guia descreve processo e não substitui a decisão do responsável tributário.

Antes de agir com base neste material

- Confirme na fonte oficial a versão vigente de cada norma, porque atos mudam.
- Peça ao fornecedor do sistema, por escrito, o que o seu release recebe.
- Deixe a decisão tributária com o responsável da empresa e registre-a.

Sobre o SAP e o GUEPARDO Tax

Datas de suporte, notas e funções do SAP e do GUEPARDO Tax entram aqui como pergunta a validar com o fornecedor.

ATOS DA RECEITA FEDERAL E DO CGIBS

Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026
Datas de início da obrigatoriedade dos documentos fiscais eletrônicos com IBS e CBS; DOU de 31/07/2026
https://www.gov.br/sped/pt-br/assuntos/documentos-fiscais/dere/atos-conjuntos/ato-conjunto-rfb_cgibs-no-4-de-30-de-julho-de-2026.pdf

CONSTITUIÇÃO

Emenda Constitucional nº 132/2023
Cria CBS e IBS e fixa a transição, no ADCT, de 2026 a 2033
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm

LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 214/2025
Regras gerais de IBS e CBS, crédito, split payment e regras de 2026
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm

Lei Complementar nº 227/2026

Institui o Comitê Gestor do IBS e altera a LC 214/2025

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp227.htm

DFS PRO
IT SOLUTIONS

SOBRE A DFSPRO

Consultoria especialista em fiscal no SAP e no GUEPARDO Tax

Fundada em 2018, em Curitiba/PR. Parceira SAP e Canal Autorizado da NTT DATA para o GUEPARDO Tax. Implementa SAP, migra, faz rollout e governança fiscal, e implanta e governa o GUEPARDO Tax.

FALE COM A DFSPRO

Uma conversa com especialista para decidir o caminho do seu SAP diante da reforma.

dfspro.com.br/contato